

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 4981/2006 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de motorista.

A medida ali prevista permite, sobretudo, uma maior racionalização dos meios, que se traduz, conseqüentemente, numa redução de encargos para o erário público.

Considerando que o Instituto Nacional de Administração dispõe de uma delegação em Algés, daí justificando-se deslocações frequentes dos seus dirigentes para efeitos de supervisão das acções de formação que são aí realizadas e para o acompanhamento e gestão do seu funcionamento;

Considerando ainda que o quadro de pessoal do INA apenas dispõe de um motorista, que se encontra afecto ao serviço do seu presidente, reconhecendo-se a necessidade de suprir a condução das suas viaturas por outros funcionários, seja para efeito de transporte de documentos entre as duas dependências, para a distribuição da sua correspondência oficial e para a entrega de documentação de suporte às acções de formação quando realizadas em instalações externas ao INA:

Assim, nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e no uso das competências delegadas pelo despacho 19 655/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 12 Setembro de 2005, determina-se o seguinte:

1 — É conferida a permissão de condução de viaturas oficiais afectas ao Instituto Nacional de Administração aos vice-presidentes engenheiro Rui Afonso Lucas e professor Manuel João Pereira e a permissão genérica aos funcionários que integram o respectivo quadro de pessoal operário, sendo estes autorizados, individual e casuisticamente, pelo presidente do Instituto Nacional de Administração.

2 — A permissão, conferida nos termos do número anterior, aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, por estas se entendendo as que são determinadas por motivos de serviço público.

3 — A permissão genérica conferida pelos números anteriores rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e demais legislação aplicável, e caduca, para cada um dos autorizados, com o termo das funções em que se encontram investidos à data da autorização.

20 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Despacho n.º 4982/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do n.º 2 do n.º 3.º da Portaria n.º 327/2004, de 31 de Março, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º do Regulamento do Concurso de Admissão do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), anexo à referida portaria:

1 — Determino a abertura pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do respectivo aviso de abertura do concurso de admissão do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) para o preenchimento das vagas referentes ao ano lectivo de 2006-2007.

2 — Nomeio, sob proposta do presidente do INA — Instituto Nacional de Administração, o seguinte júri do concurso:

Presidente — Dr. José António Bagulho França Martins.

Vogais efectivos:

Prof. Doutor Manuel João Pereira (que substituirá o presidente, em caso de impedimento).

Dr.ª Vera Maria da Silva Batalha.

Vogais suplentes:

Prof. Doutor Augusto Júlio Domingues Casaca.

Dr.ª Maria Teresa Gonçalves Abreu Romão de Salis Gomes.

20 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho n.º 4983/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do regime geral das infracções tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Julho, e do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, deogo na chefe da Delegação Aduaneira do Aeroporto de Faro, reverificadora assessora Maria Helena Costa Ramos, com possibilidade de subdelegar, a competência para a decisão dos processos de contra-ordenação instaurados a viajantes da via aérea no seguimento dos controlos efectuados nos termos do artigo 234.º do Regulamento (CEE) n.º 2954/94, da Comissão, de 2 de Julho de 1993, que pretendam de imediato regularizar a situação nos termos legais.

6 de Fevereiro de 2006. — A Directora da Alfândega de Faro, *Isaura Passinhas Rufino Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 4984/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Fevereiro de 2006 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Maria Margarida Correia Proença Fortes Moreno, reverificadora assessora — nomeada, em regime de substituição, chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, com efeitos a partir de 13 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Impostos

Anúncio n.º 33/2006 (2.ª série). — Em cumprimento da obrigação prescrita no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, publica-se a lista das obras públicas adjudicadas durante o ano de 2005 por esta Direcção-Geral, com referência especial dos respectivos valores, formas de atribuição e entidades adjudicatárias:

(Em euros)

Número	Designação da empreitada	Entidade adjudicatária	Forma de atribuição	Valor sem IVA	Valor com IVA
1	Adaptação e reparação de edifício na Boavista, DF do Porto.	CONSTROPE, S. A.	Limitado	74 800,72	90 508,87
2	Beneficiação do SF e TFP de Santa Comba Dão.	Const. Rodrigues & Filhos, L.ª	Limitado	36 364,60	44 001,17
3	Remodelação da loja da Rua do Carmo, 87	Const. Tomé Ribeiro, L.ª	Limitado	103 119,68	124 774,81
4	Beneficiação no SLF de Estremoz	CONSTROPE, S. A.	Ajuste	18 387,51	22 248,89
5	Reparação e beneficiação de edifício da DF de Bragança.	Antero Alves de Paiva, L.ª	Limitado	42 565,49	51 504,24
6	Fornecimento de montagem e divisória corta-fogo no piso 1 do arquivo Expo.	Const. Tomé Ribeiro, L.ª	Limitado	40 056,50	48 468,37
7	Impermeabilização de terraço em Mem Martins, Sintra 2.	MONOCAPA, L.ª	Limitado	25 871,50	31 304,52
8	Reparação de janelas e portas do SF e TFP, Marvão.	CONSTROPE, S. A.	Ajuste	11 950,29	14 459,85
9	Readaptação/conservação do SLF de Coimbra 2.	CONSTROPE, S. A.	Limitado	124 480,55	150 621,47
10	Informatização de ex-instalações do TT de 1.ª instância de Viseu.	GIGABEIRA, L.ª	Ajuste	5 989,14	7 246,86